NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FITBANK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS S/A (denominada "Sociedade"), iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2011, e tem como objeto social principal a atuação como instituição de pagamento, podendo realizar, como atividade principal, toda e qualquer transação de pagamento, abrangendo o ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos, de gerir conta de pagamento e de emitir instrumento de pagamento, independentemente de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador (pessoa natural ou jurídica que autoriza a transação de pagamento) e o recebedor (pessoa natural ou jurídica que é o destinatário final dos recursos de uma transação de pagamento).

No dia 18 de outubro de 2021 houve reunião da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas onde foi aprovado a alteração do nome empresarial.

Em 03 de maio de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União a autorização dada pelo Banco Central do Brasil do funcionamento como instituição de pagamento, na modalidade emissor de moeda eletrônica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 02 de 12/08/20, emitida pelo Banco Central do Brasil, sendo assim, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração da Instituição declara de forma explícita e sem reservas, que as Demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN – Conselho Monetário Nacional e do BCB – Banco Central do Brasil, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, inclusive a Auditoria Externa, foi dada pela Diretoria do Fitbank em 31 de janeiro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Sociedade é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras estão apresentadas em valores expressos em milhares de Reais.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela FitBank para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado

ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade classifica os títulos próprios na categoria descrita no item (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

c) Ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

d) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados", e de 10% a.a. para as demais contas. O Intangível está representado por "Software", sendo amortizado à alíquota de 20% a.a.

e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

f) Apuração de resultado

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

q) Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve resultados não recorrentes.

h) Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Pis e Cofins

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos – Conta Movimento	1.590	8.680
Reservas livres – Banco Central	22	12
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	178.027	181.998
Total	179.639	190.690

(a) Em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por operações compromissadas no valor de R\$ 178.027 (R\$ 181.998 em 31 de dezembro de 2021), remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreados em títulos públicos – LTN com vencimento em 15 de maio de 2023.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados em "Títulos Disponíveis para Venda", e estão abaixo representados:

		31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante Carteira própria		-	-	4.499 4.005	4.499 4.005
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	4.005	4.005
Vinculados a Prestação de Garantias		2.212	2.212	494	494
Letras Financeiras do Tesouro Certificado de Depósito Bancário	01/09/2023 Sem Vencimento	1.805 407	1.805 407	494	494
Não Circulante Carteira própria		-	-	2.026 2.026	2.026 2.026
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	2.026	2.026
Total		2.212	2.212	6.525	6.525

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último dia útil antes do encerramento do período, e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As demais aplicações foram apuradas pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Sociedade adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022 as relações interfinanceiras estão representadas por transferência para depósito em conta corrente correspondente a moeda eletrônica no montante de R\$ 18.720 (R\$ 840 em 31 de dezembro de 2021), e estão vinculados ao Banco Central do Brasil.

8. RENDAS A RECEBER

As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos de prestação de serviços de transação financeira.

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a receber	3.088	1.726
Total	3.088	1.726

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Créditos - Diversos		
Adiantamentos e antecipações	6	95
Adiantamentos para compra de imobilizado	-	657
Caução do aluguel	288	104
Impostos e contribuições a compensar	5.029	796
Valores a receber de sociedade ligada	4.418	-
Devedores diversos	-	21
Total	9.741	1.673

10. INVESTIMENTOS

No dia 21 de maio de 2022 foi adquirido o controle societário da Easyc Holding Ltda., pelo montante de R\$ 20.695, sendo pagos no ato da compra R\$ 2.476, do montante restante de R\$ 18.219, serão pagos R\$ 15.123 quando certas variáveis forem cumpridas pelas partes integrantes da negociação e R\$ 3.096, relativos ao Patrimônio Líquido negativo (Passivo a descoberto) da investida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

11. IMOBILIZADO DE USO

			31/12/2022		31/12/2021
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação e amortização	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Imobilizado de Uso					
Instalações	10%	419	(61)	358	212
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.898	(213)	1.685	512
Processamento de dados	20%	2.515	(482)	2.033	708
Sistema de segurança	10%	156	(13)	143	47
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.083	(452)	1.631	443
Total		7.071	(1.221)	5.850	1.922

12. INTANGÍVEL

		31/12/2022			31/12/2021	
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido	
Softwares	20%	22.299	(5.292)	17.007	9.571	
Total		22.299	(5.292)	17.007	9.571	

a) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN n.º 4924/21, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Sociedade testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

13. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os depósitos estão representados por saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos de contas de clientes – livres	184.797	168.087
Total	184.797	168.087

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais e previdenciárias	753	703
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	16	36
Impostos e contribuições sobre salários	292	121
Cofins	317	489
Pis	65	27
ISS	61	30
IRRF s/aluguel	2	-
Diversas	20.340	868
Obrigações para aquisição de Bens e Direito	15.795	_
Despesas de pessoal	974	418
Outras despesas administrativas	475	450
Valores a pagar sociedade ligada	3.096	-

15. CONTINGÊNCIAS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 existia o montante de R\$ 3.282 de processos judiciais com risco de **perda possível** (Em 31 de dezembro de 2021 existia o montante de R\$ 332 de processos judiciais com risco de perda possível).

	31/12/2022	31/12/2021
Processos Judiciais – Risco Perda Possíveis	3.282	332
Trabalhistas		132
Cíveis	3.282	100
Fiscais	-	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis.

16. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 59.211 dividido em 373.412 ações ordinárias e 13.021 ações preferenciais (R\$ 59.211 em 31 de dezembro de 2021, dividido em 372.117 ações ordinárias e 13.021 ações preferenciais).

Em 18 de outubro de 2021 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 45.211 para R\$ 59.211 no montante de R\$ 14.000, com a emissão de 8.535 ações ordinárias. Este aumento está em processo de homologação no BACEN.

Em 05 de março de 2021 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 15.211 para R\$ 45.211, no montante de R\$ 30.000 integralizado por acionista do país, com a emissão de 45.200 ações ordinárias.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") é a seguinte:

	31/12/22	31/12/21
	IR/CS	IR/CS
Apuração de IR/CS		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.349)	(2.630)
Adições (exclusões)		
Despesas não dedutíveis	836	208
Despesas/ (reversão) de provisões de liquidação duvidosa	355	536
Despesas/ (reversão) de provisões temporárias	-	(618)
Despesas/ (apropriação) de gastos com ativos diferidos	(12)	(12)
Lucro real	(2.170)	(2.516)
Encargos à alíquota de 15% de IR + 10% de Adicional	-	-
Incentivos fiscais - PAT	-	-
Encargos de 9% de CS	-	-
Total das despesas de IR e CS	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R\$ 10.150 (R\$ 6.867 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

18. Partes relacionadas

Os saldos das operações passivas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

Ativo Valores a receber partes relacionadas	31/12/2022 4.418	31/12/2021 -
Passivo Valores a pagar partes relacionadas	3.096	-
Despesas RPH Serviços em Tecnologia Ltda. (1) OSF Soluções Ltda – ME (1) JFC – ME (1)	720 720 720	300 300 0

⁽¹⁾ As transações com partes relacionadas foram contratadas a preços compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução do risco

19. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Gestão de risco operacional:

Conforme Resolução nº 4.557/2017, informamos que a empresa dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados a suas atividades. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos.

21. GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

a) Gestão de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da empresa. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Sociedade está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017 do Banco Central do Brasil.

b) Gestão de Risco de liquidez

O risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Gestão de Riscos Operacionais

A Fitbank possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Fitbank adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na bem como na regulamentação aplicável.

22. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

23. OUVIDORIA

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio através email: ouvidoria@fitbank.com.br

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve evento subsequente após o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que devessem ser divulgados.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS Contador CRC 1SP 110330/O-6